



# **RELATÓRIO MENSAL DO ADMINISTRADOR JUDICIAL**

**Fevereiro 2020**

**Massa Falida de S.A (Viação Aérea Rio-Grandense)**

**Massa Falida de Nordeste Linhas Aéreas S.A**

**Massa Falida de Rio Sul Linhas Aéreas S.A**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1º  
VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE  
JANEIRO**

**Processo nº 0168196-61.2019.8.19.0001**

**O escritório Nogueira & Bragança Advogados Associados**, na pessoa do sócio Wagner Bragança, devidamente nomeado como Administrador Judicial nos autos do processo em epígrafe das Massas Falidas de S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), Nordeste Linhas Aéreas S.A. e Rio Sul Linhas Aéreas S.A., e também pelo Gestor Judicial, Jaime Nader Canha, vêm respeitosamente apresentar sua prestação de contas, referente ao mês de fevereiro de 2020.

**Massas Falidas de S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), Nordeste Linhas Aéreas S.A. e Rio Sul Linhas Aéreas S.A.**

**Assunto:** Prestação de contas da Gestão e Administração Judicial

**Período:** Fevereiro de 2020

## **SUMÁRIO**

<b>1. Das Considerações iniciais</b>	<b>03</b>
1.1 Do atual cenário da falência	03
1.2 Coordenação Jurídica	06
 <b>2. Das receitas e dos ativos</b>	 <b>09</b>
2.1 Disponibilidades	09
2.2 Dos aportes necessários das contas judiciais	10
2.3 Das contas Judiciais	10
2.4 Movimentação Financeira Corrente	11
2.5 Distribuição dos recebimentos	12
2.6 Distribuição dos pagamentos	12
2.7 Adimplência Passiva	15
2.8 Impostos e Contribuições Extraconcursais	16
2.9 Inadimplência Ativa	16
2.10 Prestação de contas dos aportes levantados junto à VEMP	16
2.11 Resumo do pagamento do rateio dos créditos trabalhistas concursais	16
2.12 Movimentação de rateio	18
 <b>3. Anexos</b>	 <b>20</b>

## **1. Das Considerações iniciais**

Em sequência ao que fora informado no relatório juntado às fls. 25.688/25.773 e, em consonância com suas atribuições de Administrador Judicial (AJ), Nogueira & Bragança Advogados Associados, nomeado conforme decisão de folhas 22.652 nos autos do Processo de Falência, com Termo de Compromisso firmado por seu representante legal, Dr. Wagner Bragança, em 12 de julho de 2017 e o Gestor Judicial (GJ), Dr. Jaime Nader Canha, nomeado em 10 de novembro de 2010, conforme decisão de folhas 552 e com Termo de Compromisso firmado em 11 de novembro de 2010, submetem, conjuntamente, à apreciação de V. Exa., a presente prestação de contas sobre as atividades da Massas Falidas das empresas S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), Nordeste Linhas Aéreas S.A e Rio Sul Linhas Aéreas S.A.

### **1.1 - Do atual cenário da falência**

Conforme mencionado nos relatórios anteriores, cabe-nos fazer um breve relato sobre o processo de falência (nº 0260447-16.2010.8.19.0001) quanto ao andamento dos recursos ainda pendentes.

Em relação aos Embargos de Declaração no Recurso Especial - RESP nº 1.655.717, opostos em 20 de março de 2018 pela APVAR Associação de Pilotos da Varig e Elnio Borges Medeiros, com fito de reverter a sentença que decretou a falência das sociedades S/A Viação Aérea Rio Grandense, Rio Sul Linhas Aéreas S/A e Nordeste Linhas Aéreas S/A, informamos que a Proclamação Final de Julgamento deu-se na mesma data.

A Terceira Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, em virtude da ausência de quaisquer vícios ensejadores dos declaratórios, afigurando-se patente o intuito infringente da irresignação, que objetiva não suprimir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Assim, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em Recurso Especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.

Última informação referente à continuidade desse trâmite processual:

Em 18 de abril de 2018 foi protocolizada petição 200867/2018 (EDv - Embargos De Divergência). Na mesma data: ato ordinatório praticado Petição 200867/2018 (Embargos De Divergência) recebidos na Coordenadoria da Terceira Turma.

Em 20 de abril de 2018 foi juntada petição de Embargos De Divergência nº 200867/2018.

Em 23 de abril de 2018 foi protocolizada petição 213160/2018 (EDv - Embargos De Divergência).

Em 24 de abril de 2018: Ato ordinatório praticado - Petição 213160/2018 (Embargos De Divergência) recebida na Coordenadoria da Terceira Turma.

Em 03 de maio 2018: Remetidos os Autos (para autuar Embargos de Divergência) para Coordenadoria De Triagem E Autuação De Processos Recursais.

Em 14 de maio 2018: Classe Processual alterada para EREsp (Classe anterior: REsp 1655717).

Em 21 de maio 2018: Redistribuído por sorteio, em razão de despacho/decisão, ao Ministro Napoleão Nunes Maia Filho - Corte Especial. Na mesma data: Conclusos para decisão ao(à) Ministro(a) Napoleão Nunes Maia Filho (Relator) - pela SJD.

Ressalta-se que mesmo que o Recurso em referência venha prosperar, tendo em vista que da decisão que indeferiu a substituição processual não houve qualquer recurso, e portanto preclusa, tal decisão nenhum efeito terá em face das Massas e, conseqüentemente, no processo falimentar, já que a parte passiva do mencionado Recurso é a pessoa do antigo Administrador Judicial – Licks Contadores Associados Ltda.

Assim, após a preclusão afeta a matéria da substituição processual, verifica-se que tanto em face das Massas como do atual Administrador Judicial, não há mais qualquer recurso questionando a sentença que determinou a quebra, ao revés, **os únicos recursos interpostos em face das Massas questionando a falência transitou em julgado em 13/12/2013.**

Tais afirmativas foram corroboradas pela seguinte decisão nos autos do processo falimentar, às fls. 27548/561:

"J. Considerando os argumentos aqui expostos, bem como a prova do trânsito em julgado, autorizo a realização do ratio como requerido."

Portanto, inexistindo qualquer Recurso em face das Massas ou em face do atual Administrador Judicial, entende-se que há segurança jurídica ao processo falimentar para todos os atos praticados após 13/12/2013.

### **1.2 Coordenação Jurídica**

**Precatório 044/2017 - Processo 0000319-64.1995.814.0028 - 3ª. Vara Cível e Empresarial de Marabá - Tribunal de Justiça Marabá/PA- Portaria 583/2019**

**VARIG S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)** ingressou em agosto de 2000 com ação de cobrança no Juízo da 3ª. Vara Cível e Empresarial em face do **Município de Marabá - Prefeitura de Marabá - PA** para receber inicialmente a quantia de R\$ 19.279,52 (dezenove mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) oriundos do fornecimento de várias passagens aéreas não pagas pelo município.

A sentença de 19/12/2007 foi favorável as massas e julgou procedente o pedido nos termos do artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, e condenou a Prefeitura Municipal a pagar o montante de R\$ 19.279,52 (dezenove mil, duzentos e setenta e nove mil reais e cinquenta e dois centavos), acrescidos de atualização monetária e juros de 6% (seis por cento) ao ano, até a data do efetivo pagamento. Custas atualizadas e honorários advocatícios fixados em 20% do valor da causa atualizado às custas do município. A Varig S.A. opôs embargos de declaração, sendo o mesmo

conhecido e provido parcialmente para determinar o a atualização monetária e juros de 12 % ao ano até a data do efetivo pagamento, atendendo aos artigos 405, 406 Código Civil c/c 161 § 1º. do Código Tributário Nacional.

Ato contínuo, o Município de Marabá interpôs Apelação resultando no Acórdão de no. 11977, que manteve a sentença de 1ª. instância. Foram opostos embargos pela parte ré, decidindo o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá pela improcedência dos embargos, nos termos do artigo 487, III, a, do Código de Processo Civil e homologando o valor incontroverso, (planilha fls. 336). O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará foi oficiado para requisição de pagamento via expedição de precatório. Honorários em 10% (dez) sobre o valor da condenação, pelo executado.

Com o trânsito em julgado da ação de cobrança, o Juízo da 3ª. Vara Cível e Empresarial de Marabá determinou expedição de Ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A Coordenadoria de Precatórios expediu Ofício no. 028/2018-CREC/PREC à Prefeitura Municipal de Marabá solicitando providências para composição do débito no acervo da dívida inscrita para fins de inclusão no orçamento do Ente Federado, no valor total de R\$ 617.862,25 (seiscentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos), constante do Precatório Requisatório no. 044/2017 (2017.5.450026-9 – Processo de origem no. 0000319-64.1995.814.0028).

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Coordenadoria de Precatórios/Serviço de Cálculos procedeu à atualização do valor devido utilizando a SELIC de Nov/13 a Set/17 com incidência de juros de mora à taxa



de 1% a.m. em conformidade aos parâmetros do cálculo homologado de fl. 33 dos autos. A partir de Out/17 até Dez/19, o índice de correção adotado foi o IPCA-e em cumprimento ao disposto no ar. 101 do ADCT (CF/88), cuja nova redação fora dada pela EC 099/2017. Os juros de mora foram apurados entre Out/17 e Jun/18 (mês imediatamente anterior ao do início da vigência do período da graça constitucional de que trata o art. 100, 5º. da CF/88), consoante o disposto na lei 12.703/12 a qual estabeleceu percentuais variáveis para a remuneração da poupança nos meses em que a Taxa Selic for inferior a 8,5% ao ano.

Esse procedimento resultou no valor de R\$ 1.113.837,27 (um milhão, cento e treze mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos).

Em 19 de dezembro de 2019 a Fazenda Pública Municipal de Marabá apresentou impugnação ao valor constante na Guia no. 328.174 no valor de R\$ 1.113.837,27, requerendo o refazimento do cálculo observando os termos previstos no artigo 1-F da Lei no. 9.494/1997, requerendo ainda que não haja sequestro ou bloqueio de valores da fazenda pública municipal, enquanto não houver o devido demonstrativo acerca do cálculo. Entretanto colocou-se à disposição para o pagamento do valor incontroverso de R\$ 617.862,25 (seiscentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos), requerendo a emissão da guia para recolhimento desse valor.

Em ato decisório de 12 de fevereiro de 2020, o Juízo da Presidência do Tribunal de Justiça do Pará, Coordenadoria de Precatórios – Portaria 583/2019 – Precatório 044/2017, em relação à alegação do Município de Marabá/PA de que a correção monetária e juros de mora aplicados à espécie requisitória, em sede de atualização, não obedeceu aos parâmetros estabelecidos em decisão do STF nas ADIs 4357 e 4425, proferiu acórdão favorável a parte autora,

esclarecendo que o setor de cálculos prosseguiu corretamente com os parâmetros do cálculo homologado, transitado em julgado e após inscrição da espécie requisitória em setembro/2015, aplicou os comandos constitucionais atinentes à matéria de precatórios, conforme se depreende da instrução técnica de fls 52/53, razão pela qual assentou a improcedência da impugnação manejada entre o ente Devedor, e mantendo os critérios aplicados pelo serviço especializado daquela Coordenadoria.

## **2. Das receitas e dos ativos**

Com o objetivo de fornecer informações e esclarecer a movimentação financeira das Massas Falidas, passamos a apresentar a execução financeira de fevereiro de 2020.

A presente informação está composta das transações correntes das Massas e do pagamento dos rateios dos créditos trabalhistas concursais.

### **Disponibilidades**

Os saldos bancários correntes, consolidados das três empresas, em fevereiro/20, eram:

Espécie Disponibilidade	Saldos	
	Inicial	Final
Movimento	R\$ 122.890,03	R\$ 128.343,46
Movimentação de Rateio	R\$ 3.924.138,27	R\$ 2.137.627,47

Fontes: fluxo de caixa realizado e extratos bancários.

As contas de movimento incluem US\$ 17.183,08 de saldo no Banco do Brasil em Nova York, decorrente de recebimentos de clientes estrangeiros.

### **Dos aportes necessários das contas judiciais**

As Massas Falidas em cumprimento à decisão, de 12 de setembro de 2019, que deferiu e determinou o pagamento, por meio de transferência interbancária, do 3º Rateio dos Créditos Trabalhistas Concurrais, à continuidade do pagamento do 1º e 2º rateios aos credores que vêm cadastrando seus dados bancários, solicitaram o levantamento de recursos para a recomposição da Movimentação de Rateio e suplementação de recursos para cobertura das despesas essenciais ao seu funcionamento.

Tendo em vista a possibilidade de ocorrência de dano irreparável, não só às empresas, mas aos próprios credores, considerando a urgência de quitação dos débitos vinculados às atividades essenciais, no mês de fevereiro de 2020, foram alocados recursos de R\$ 800 mil, do montante levantado junto à VEMP, para as contas de movimento. Cujo detalhamento dos pagamentos encontra-se no anexo 2.

### **Das Contas Judiciais**

Os valores arrecadados pelas Massas são mantidos em contas judiciais no Banco do Brasil e, por norma do Judiciário, têm movimentação e consulta restrita aos magistrados e serventuários por estes indicados. A partir de janeiro/19, a referida instituição bancária não disponibilizou mais os saldos dos depósitos, se adequando às restrições normativas judiciais.

Entretanto, compre-nos informar que os saldos mantidos em contas judiciais estão parcialmente comprometidos com as seguintes obrigações:

- R\$ 13.304.712,53 apurados como saldo remanescente, em 18.09.12, na conta judicial 3700116461174, depositária do resgate das debêntures UPV,

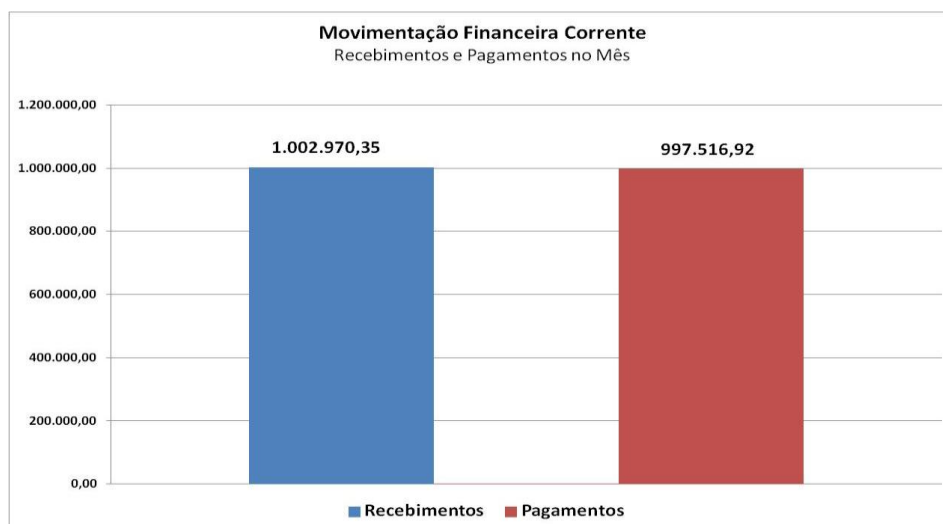
e indevidamente consolidada pelo Banco do Brasil à outra conta judicial. Os valores referem-se ao rateio cujos debenturistas ainda não exerceram o resgate;

- R\$ 32.843.142,21 que se destinam aos três rateios de créditos concursais trabalhistas na falência autorizados e pendentes de quitação, porém mantidos em conta judicial, cuja liberação financeira será requisitada ao Juízo de acordo com o fluxo de pagamentos.

As Massas estimam uma reserva de R\$ 37.678.188,57 para cobertura do imposto de renda sobre os rateios.

### **Movimentação Financeira Corrente**

A movimentação financeira corrente corresponde aos recebimentos advindos da atividade continuada e da suplementação de recursos pela Vara Empresarial, e aos pagamentos, das despesas operacionais das Massas e manutenção dos ativos a ser leiloados, apresentou em fevereiro/20 os totais abaixo:



Fonte: Fluxo de caixa realizado

Ressaltamos que os fluxos acima não incluem a Movimentação de Rateio.

### **Distribuição dos Recebimentos**

Em fevereiro as origens de recursos foram as seguintes, para efeito comparativo apresentamos os ingressos de janeiro/20:

	jan/20	fev/20
FAC	R\$ 406.201,47	R\$ 197.945,70
ALUGUÉIS IMÓVEIS	R\$ 694,00	R\$ 694,00
RECEITA OUTRAS	R\$ 4.681,96	R\$ 4.330,65
Aportes - 1ª VEMP	R\$ 1.000.000,00	R\$ 800.000,00
Desbloqueios Judiciais	R\$ 78,03	R\$ -
<b>TOTAL RECEBIMENTOS</b>	<b>R\$ 1.411.655,46</b>	<b>R\$ 1.002.970,35</b>

Fonte: Fluxos de caixa realizados

No mês de fevereiro, os recebimentos advindos da atividade continuada e aluguéis foram de R\$ 198.639,70, resultado 51% inferior ao obtido em janeiro e 15% abaixo do obtido no mesmo mês de 2019.

Quanto ao comportamento das entradas em fevereiro/20, destacamos:

<b>Origem</b>	<b>Comentário</b>	<b>Valor</b>
<b>Receitas Outras</b>	Variação cambial sobre o saldo mantido na conta em Nova Iorque. Apreciação do dólar frente ao real.	R\$ 3.983,36

### **Distribuição dos Pagamentos**

Os pagamentos se referem ao custeio da atividade continuada e às despesas de conservação dos ativos que serão realizados em favor dos credores, às regularizações legais pendentes ao andamento processual da falência, ao atendimento de credores e terceiros com pendências junto às Falidas, conservação do acervo documental em cumprimento legal e outras providências.

No mês de fevereiro/20 as aplicações de recursos foram as seguintes, para efeito comparativo apresentamos os dispêndios de janeiro/19:

<b>Aplicação dos Recursos</b>	<b>jan/20</b>	<b>fev/20</b>
<b>1. ADMINISTRATIVOS</b>		
1.1 - Pessoal	341.846,02	250.871,39
1.2 - Escritórios Jurídicos	277.678,44	139.777,72
1.3 - RPA administrativos	23.528,52	23.507,63
1.4 - Despesas jurídicas diversas	2.102,38	160,00
<b>2. TRIBUTOS E ENCARGOS</b>		
2.1 Tributos s/ Atividades	72.922,31	5.069,68
2.2 Imp e Encargos s/ Remunerações	250.123,49	217.472,75
2.3 IPTU	15.403,65	49.009,46
2.4 IPVA	648,23	-
2.5 Impostos importação	-	-
<b>3. INFRAESTRUTURA</b>		
3.1 RPA segurança e conservação	36.276,98	36.254,94
3.2 Fornecedores Diversos	76.015,08	70.332,89
3.3 Energia Elétrica	249.577,10	116.596,12
3.4 Água e esgoto	630,31	608,23
3.5 Telecomunicações	3.443,16	1.207,92
3.6 Aluguéis	1.717,60	1.717,60
3.7 Despesas diversas	18.691,44	7.475,00
<b>4. CONSERVAÇÃO ATIVOS</b>		
4.1 Condomínios	8.728,07	8.728,07
4.2 Seguros	8.359,09	8.359,09
4.3 Obras e reparos	-	137,50
<b>5. OPERACIONAL FAC</b>		
5.1 Terceirizados e RPA	47.161,41	35.273,55
5.2 ANAC	-	14.000,00
5.3 Despesas diversas	13.270,76	9.452,99
<b>6. DESPESAS FINANCEIRAS</b>	2.593,27	1.504,39
<b>7. BLOQUEIOS JUDICIAIS</b>	78,03	-
<b>8. CUSTO DE DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS</b>		
8.1 Serviços Especializados	-	-
8.2 Restituição depósitos de aluguéis	-	-
8.3 Certidões e registros de imóveis	-	-
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>R\$ 1.450.795,34</b>	<b>R\$ 997.516,92</b>

Fonte: Fluxos de caixa realizados

Sobre os pagamentos em fevereiro/20, excluídos os pagamentos dos rateios dos créditos trabalhistas concursais, destacamos:

<b>Aplicação</b>	<b>Comentário</b>	<b>Valor</b>
<b>Administrativo</b> Despesas Diversas	Pago a JUMBO Mudanças pelo transporte de documentação e servidores do escritório de POA para a sede das Massas.	R\$ 3.700,00
<b>Tributos e Encargos</b> Tributos s/ Atividade	Recolhimento de ISS sobre faturamento do FAC em janeiro/20. O PIS e o COFINS desta competência foi integralmente compensado com crédito a favor da Empresa.	R\$ 5.069,68
<b>Tributos e Encargos</b> IPTU	Recolhimento da parcela 1/10 do IPTU, exercício 2020, do FAC.	R\$ 48.917,50
<b>Infraestrutura</b> Energia Elétrica	Pagamento da fatura da Light Serviços Elétricos, de competência de fevereiro, referente ao consumo do FAC.	R\$ 114.788,23
<b>Infraestrutura</b> Despesas Diversas	Pagamento à Ilha Fire Extintores dos 50% finais do serviço de manutenção e recarga dos extintores do FAC.	R\$ 3.463,00
<b>Conservação Ativos</b> Seguros	Pagamento à AIG Seguros referente à parcela 2/4 do seguro de responsabilidade civil do FAC.	R\$ 3.351,32
<b>Conservação Ativos</b> Seguros	Pagamento à Chubb Seguros referente à parcela 3/4 do seguro do simulador do FAC.	R\$ 4.408,49
<b>Operacional FAC</b> ANAC	Recolhimento do Fundo Aeroviário à Agência Nacional de Aviação Civil pela certificação da escola de formação de comissários.	R\$ 14.000,00
<b>CUSTO DE DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS</b> Serviços Especializados	Pagamento a Transportes Carvalho Ltda. – Carvalhão pelo estudo de viabilidade geométrica (estudo logístico) para transporte de aeronave DC-3 PP-VBF, conforme NFS-e 40832.	R\$ 4.999,99

### **Adimplência Passiva**

As Massas mantiveram a regularidade do pagamento das despesas vencidas no próprio mês.

### **Impostos e Contribuições Extraconcursais**

As Massas possuem contribuições previdenciárias patronais, PIS e COFINS extraconcursais, de competência entre setembro de 2010 e junho de 2017, que pela insuficiência de recursos à época não foram recolhidas. Estas contribuições encontram-se sobre revisão e o saldo atualizado para fevereiro/20, é de R\$ 26.624.698,08.

### **Inadimplência Ativa**

As Massas Falidas têm créditos vencidos em 2020 e não recebidos que acumulam R\$11.923,40.

### **Prestação de Contas dos Aportes Levantados junto à VEMP**

Das suplementações de recursos solicitadas ao juízo da 1ª VEMP, resta pendente:

Mês do Aporte	Anexo	Remanescente em 28.02.20
Junho/18	Anexo 1	R\$ 6.390,00

Fonte: Fluxo de caixa realizado

No anexo 1 detalhamos o valor remanescentes das suplementações de recursos, anteriormente, autorizadas pelo juízo da 1ª Vara Empresarial.



**Resumo do Pagamento dos Rateios dos Créditos Trabalhistas Concurais**

A 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro deferiu, em 12 de setembro de 2019, o 3º Rateio dos Créditos Trabalhistas Concurais, no montante de R\$ 30 milhões, atendendo pedido do Administrador Judicial.

Os rateios deferidos anteriormente totalizaram:

- 1º Rateio dos Créditos Trabalhista Concurais: R\$ 82.596.334,67;
- 2º Rateio dos Créditos Trabalhistas Concurais: R\$ 70.000.000,00.

Nos três rateios, entretanto, os montantes constituíam-se de créditos “firmes” e em “reservas” (com restrição ao pagamento até a resolução legal), conforme demonstrado abaixo:

	1º Rateio	2º Rateio	3º Rateio
Créditos “Firmes”	R\$ 73.441.301,54	R\$ 63.425.065,11	R\$ 28.593.913,73
Créditos em “Reserva”	R\$ 9.155.033,13	R\$ 6.574.934,89	R\$ 1.406.086,27
<b>Totais dos Rateios</b>	<b>R\$ 82.596.334,67</b>	<b>R\$ 70.000.000,00</b>	<b>R\$ 30.000.000,00</b>

Nota: saldos dos créditos no início dos rateios.

O pagamento do 3º Rateio dos Créditos Trabalhistas Concurais iniciou-se em 18 de dezembro de 2019, sob a modalidade de transferência bancária, em continuidade à forma determinada pelo Juízo Empresarial como vinham ocorrendo os pagamentos dos rateios anteriores.

Considerando os pagamentos já efetivados, temos a seguinte segmentação até 28 de fevereiro de 2020:

Modalidade - Responsável	Pagamentos 1º Rateio	Pagamentos 2º Rateio	Pagamentos 3º Rateio
Mandados Eletrônicos TJRJ	R\$ 5.466.849,76	R\$ -	R\$ -
Bancário - Licks Associados	R\$ 48.574.630,86	R\$ -	R\$ -
Bancário - Nogueira & Bragança Associados	R\$ 13.685.797,61	R\$ 55.678.488,36	R\$ 24.209.798,40
<b>Totais pagos</b>	<b>R\$ 67.727.278,23</b>	<b>R\$ 55.678.488,36</b>	<b>R\$ 24.209.798,40</b>

Fonte: extratos bancários

Notas: 1 – Primeiro rateio iniciou-se em fevereiro de 2017;  
2 – Segundo rateio iniciou-se em outubro de 2018;  
3 – Terceiro rateio iniciou-se em dezembro de 2019.

Já foram quitados R\$ 147,616 milhões de créditos concursais, sendo:

- R\$ 67,727 milhões correspondentes a 82% do total do 1º Rateio;
- R\$ 55,678 milhões correspondentes a 79,54% do total do 2º Rateio;
- R\$ 24,210 milhões correspondentes a 80,70% do total do 3º Rateio.

Os saldos pendentes de pagamento dos rateios dos créditos trabalhistas concursais em 29 de fevereiro de 2020 eram:

Pendentes de Pagamento	1º Rateio		2º Rateio		3º Rateio	
Créditos "Firmes"	R\$ 8.550.278,46	57,50%	R\$ 8.890.922,98	62,08%	R\$ 4.394.339,23	75,89%
Créditos em "Reserva"	R\$ 6.318.777,98	42,50%	R\$ 5.430.588,66	37,92%	R\$ 1.395.862,37	24,11%
<b>Total a pagar</b>	<b>R\$14.869.056,44</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 14.321.511,64</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 5.790.201,60</b>	<b>100%</b>

Os créditos "Firmes" encontram-se pendentes de pagamento, dentre outras causas, pela falta de cadastramento bancário positivo pelos credores; por questões administrativas como, por exemplo, atendimento ao edital convocatório para pensão alimentícia e créditos trabalhistas do exterior.

Os créditos em “Reserva” aguardam a documentação do credor para o cálculo da multa rescisória de 40% do FGTS ou a habilitação das ações judiciais transitadas em julgado.

### **Movimentação de Rateio**

Os recursos disponibilizados pela 1ª VEMP para os pagamentos dos rateios dos créditos trabalhistas concursais, sob a forma de transferências interbancárias aos credores, são mantidos em conta corrente de movimento das Massas.

A Movimentação de Rateio no mês de fevereiro de 2020 foi a seguinte:

Natureza	Mês	Valor – R\$
	<b>Saldo em 31.01.20</b>	<b>3.924.138,27</b>
Pagamentos		(-) 983.245,80
Tarifas Bancárias		(-) 3.265,00
Liberação VEMP p/ movimento corrente		(-) 800.000,00
	<b>Saldo em 29.02.20</b>	<b>2.137.627,47</b>

Fontes: extratos bancários e controles de pagamento dos rateios.

  
**Wagner Bragança**  
Administrador Judicial  
OAB/RJ 109.734

  
**Jaime Nader Canha**  
Gestor Judicial  
OAB/RJ 165.710